



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

ANY CRISTINA FELIX

MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL -
RIUFAL

Maceió

2024

ANY CRISTINA FELIX

**MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL -
RIUFAL**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Maria Aparecida Pereira Viana

Maceió

2024

ANY CRISTINA FELIX

**MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL -
RIUFAL**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 19/10/2024.

Orientadora: Maria Aparecida Pereira Viana

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MARIA APARECIDA PEREIRA VIANA

Data: 28/12/2024 12:00:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) Orientador(a)1

Examinador(a) 2

Examinador(a) 3

Maceió

2024

MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL - RIUFAL

Any Cristina Felix¹

any.felix@cedu.ufal.br

Maria Aparecida Pereira Viana²

maria.viana@cedu.ufal.br

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo analisar produções bibliográficas sobre a educação inclusiva publicadas no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas – RIUFAL, por meio de um mapeamento bibliográfico, seguido da realização de leitura das produções mapeadas, bem como da sistematização das percepções sobre a educação inclusiva identificadas nas produções analisadas. Este estudo foi motivado pelo seguinte questionamento: quais são as percepções que as produções bibliográficas (TCCs, dissertações, teses etc.) publicadas no RIUFAL, durante 2022 – 2023 demonstram sobre a educação inclusiva? Para tanto, metodologicamente realizamos uma análise bibliográfica com abordagem qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados o mapeamento de produções orientado por três critérios de seleção: o primeiro critério a demarcação temporal no biênio 2022 – 2023 considerando analisar as contribuições mais recentes sobre o tema, o segundo critério serem estudos de qualquer natureza (por exemplo: artigos, capítulos ou livros completos, trabalhos de conclusão de curso a nível de graduação, mestrado e doutorado) dentro da nossa temática de pesquisa e como terceiro critério serem estudos elencados até a quinta posição de acordo com a ordem cronológica de produção. Assim, em atendimento a tais critérios, enquadraram-se e foram analisados cinco estudos, dentre os quais são: uma dissertação de mestrado e quatro trabalhos de conclusão de curso de graduação, todos os estudos são datados do ano de 2023. Como resultado principal, as análises mostraram que a inclusão educacional é uma grande aliada ao combate da exclusão social e a promoção da dignidade e respeito para com todas as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Mapeamento Bibliográfico. RIUFAL.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um campo que suscita vários objetos de pesquisa, reflexão e sistematização de conhecimento. Dentro desta grande seara de investigação, neste trabalho,

¹ Mestra em Educação - PPGE/CEDU/UFAL. Professora da Educação Básica/Rede Pública de Ensino. Premiada com excelência acadêmica FAPEAL/2024. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes (FITs); Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com especialização em Linguagens, suas tecnologias e o mundo do trabalho (CEAD/UFPI).

² Doutora em Educação: Currículo (PUC-SP, 2013) com Estágio Científico Avançado de Pós-Doc na Universidade do Minho, Portugal. Mestrado em Educação Brasileira (UFAL, 2003), Especialista em Informática Educativa e Metodologia no Ensino Superior e Educação a Distância com ênfase na Docência e na Tutoria em EAD (PUC-RS); Licenciada em Pedagogia Licenciatura Plena (UFAL). Docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, com atuação na graduação e pós-graduação.

discutimos sobre a educação inclusiva. O interesse pelo mapeamento de produções bibliográficas no âmbito acadêmico surgiu pelas vivências na universidade e pela percepção de que muito se fala ou se pesquisa sobre a educação inclusiva em espaços escolares, porém não se discute de forma mais abrangente sobre o que se produz e publica bibliograficamente por esses pesquisadores ou pelos interessados na temática.

Este estudo apresenta sua relevância no ato da pesquisa sobre os estudos que são produzidos e publicados no âmbito acadêmico, com o intuito de evidenciar o que a Universidade Federal de Alagoas - UFAL está entregando como produto científico por meio da produção de conhecimento sobre a educação inclusiva, visto à responsabilidade social que ela carrega para com a formação de profissionais de qualidade e produção da ciência em retorno para a sociedade de modo geral.

Ao refletir sobre a inclusão no campo educacional, é pertinente descortinar problemáticas que se concretizam no cotidiano escolar como obstáculos para a efetiva participação e vivência dos estudantes nos espaços educacionais. No campo de tais problemáticas nos cabe, neste trabalho, investigar as percepções sobre a educação inclusiva demonstradas em produções bibliográficas no âmbito acadêmico, visto que o conhecimento produzido na universidade norteia ações em outros espaços, pois a universidade e os conhecimentos nela produzidos são referências e, assim sendo, precisam disseminar conhecimento científico e acessível para todas as pessoas. Deste modo, questionamos: quais são as percepções que as produções bibliográficas (por exemplo: artigos, capítulos ou livros completos, trabalhos de conclusão de curso a nível de graduação, mestrado e doutorado) publicadas no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas – RIUFAL, durante 2022 – 2023 demonstram sobre a educação inclusiva?

Para tanto, a fim de responder a tal questionamento objetivamos analisar produções bibliográficas sobre a educação inclusiva mapeadas no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas – RIUFAL, por meio de um mapeamento de produções bibliográficas sobre a educação inclusiva no RIUFAL até a quinta posição cronológica durante o biênio 2022 – 2023 (a fim de encontrar os estudos mais recentes), seguido da realização de leitura das produções mapeadas de acordo com os critérios de seleção e esta, por sua vez, seguida da sistematização das percepções sobre a educação inclusiva identificadas nas produções analisadas.

Em relação aos aspectos metodológicos, este estudo foi desenvolvido por meio de análise bibliográfica com abordagem qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados o mapeamento de produções orientado por três critérios de seleção: o primeiro critério demarcação temporal no biênio 2022 – 2023 considerando analisar as contribuições mais recentes sobre o tema, o segundo critério serem estudos de qualquer natureza (por exemplo: artigos, capítulos ou livros completos, trabalhos de conclusão de curso a nível de graduação, mestrado e doutorado) dentro da temática de pesquisa e como terceiro critério serem estudos elencados até a quinta posição de acordo com a ordem cronológica de produção.

Assim, em atendimento a tais critérios, enquadraram-se e foram analisados cinco estudos, dentre os quais são: uma dissertação de mestrado e quatro trabalhos de conclusão de curso de graduação, todos os estudos são datados do ano de 2023. A dissertação de mestrado é vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/CEDU/UFAL, já os trabalhos de conclusão são vinculados da seguinte forma: o primeiro no Centro de Educação – CEDU/UFAL, o segundo no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Estatística – IGDEMA/UFAL, o terceiro no Instituto de Educação Física e Esporte – IEFE/UFAL e o quarto no Instituto de Física – IF/UFAL.

Para constituir o aporte teórico apresentamos como principais autores: Brandão (1993), evidenciando que a educação vai para além da escolarização e acontece de forma natural; Campos (2002), discutindo sobre o processo de aprendizagem; Freire (2004), discorrendo sobre o objetivo da inclusão no campo educacional; Freitas e Jacob (2019), esclarecendo que a educação inclusiva é uma temática abrangente; Matiskei (2004), sinalizando a realidade da expropriação de direitos; Sanfelice (2006), pontuando o desafio que se dá quando se trata da educação inclusiva no Brasil; Silva (2009), tratando sobre diferenças e valorização e Tunes (2003), pontuando as nuances da exclusão. Por fim, apresentamos os resultados e discussão deste estudo seguidos das considerações finais.

Assim, este estudo está estruturado após esta introdução pelos aspectos metodológicos, pelo aporte teórico, pelo mapeamento de publicações bibliográficas acerca da educação inclusiva no Repositório Institucional da Ufal - RIUFAL, pelos resultados e discussão, pelas considerações finais e, por fim, pelas referências bibliográficas utilizadas.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de análise bibliográfica com abordagem qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados o mapeamento de produções orientado por três critérios de seleção. Para tanto, foi realizada busca de estudos relacionados à educação inclusiva no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas UFAL, tendo como primeiro critério a demarcação temporal no biênio 2022 – 2023 considerando analisar as contribuições mais recentes sobre o tema, como segundo critério serem estudos de qualquer natureza (artigos, capítulos ou livros completos, trabalhos de conclusão de curso a nível de graduação, mestrado e doutorado) dentro da nossa temática de pesquisa e como terceiro critério serem estudos elencados até a quinta posição de acordo com a ordem cronológica de produção. Para tanto, os estudos identificados foram mapeados por meio da leitura de resumos, das palavras-chaves, da apresentação dos resultados e sistematização das percepções identificadas.

3. APORTE TEÓRICO

Ao longo da história, a humanidade vive um processo contínuo de aprendizagens. Desde tempos remotos são as aprendizagens que dão condições eficazes de sobrevivência e convivência entre as pessoas e entre estas e os diversos ambientes que habitam. Portanto, é cabível afirmar que a aprendizagem faz parte da vida humana desde a mais tenra idade e que não se esgota com o avanço etário. Nunca é tarde ou impossível aprender.

Estando a aprendizagem intrinsecamente unida ao desenvolvimento humano, é por meio dela que a bagagem cultural das pessoas vai se constituindo, se expandido, sendo compartilhada entre os indivíduos próximos e também entre indivíduos distantes, de modo que podemos chamar esse movimento de processo de formação humana ou educação.

Todos os seres são alvo de um processo educativo. Os pássaros, por exemplo, desde cedo expulsam seus filhotes do ninho, fazendo com que experimentem o processo de aprendizagem do voo, e este exercício é fundamental para a continuidade da vida. Assim também, nós seres humanos vivenciamos experiências de aprendizagem nos diversos setores: em casa, na rua, igreja e na escola. Vivenciamos estas experiências e passamos por experiências do tipo: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias misturamos a vida com a educação (Campos, 2002, p. 02).

Em concordância com Campos (2002), entende-se a que este processo de aprendizagem engloba não só o ato de aprender, mas também o ato de ensinar, pois ao ensinar também se aprende. Temos então um processo de troca de conhecimento, do qual a autora destaca que todos os seres são alvo. Todos podemos aprender, todos podemos ensinar algo, todos podemos estar em diálogo, construção e ampliação de conhecimento em diferentes idades e espaços.

As aprendizagens estão, nesse sentido, relacionadas às experiências. As experiências são construções diárias e tem a capacidade de marcar as memórias e os sentidos das pessoas por pouco ou muito tempo ou até por toda a vida. É interessante lembrar que estas experiências e aprendizagens não ocorrem de maneira solta ou aleatória, elas acontecem dentro do processo de formação humana que é a educação, assim

a educação ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar uns para os outros o saber que o constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades (Campos, 2002, p. 02).

Segundo Brandão (1993), ao se falar de educação, a priori, se pensa logo no processo de escolarização formal em instituições de ensino organizadas para este fim, porém sob uma ótica antropológica a educação ultrapassa os muros escolares e acontece de maneira natural por meio dos processos sociais cotidianos sem necessariamente ser no ambiente escolar, “a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida” (Brandão, 1993, p. 13). Então, a educação é parte elementar na construção do homem enquanto ser social que está em convivência com os demais seres e em inclusão em diferentes espaços que são perpassados pela educação seja ela formal ou informal.

Segundo Tunes (2003), ao falar em inclusão admitimos que há uma grande lacuna de exclusão de pessoas em relação a diversas atividades da vida social. Tal exclusão acontece de forma muito evidente sobre alguns grupos e em outros casos ocorre de modo muito sutil exigindo algum esforço para identificação de violações e conseqüentemente exclusões. Ainda segundo a autora, a maioria das pessoas passam por algum tipo de exclusão ao longo da vida, mas são as pessoas mais pobres ou vulneráveis as mais afetadas. De acordo com Freire (2008)

a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma

consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros” (Freire, 2008, p. 05).

Ao relacionar o pensamento de Tunes (2003) com o pensamento de Freire (2008), percebe-se hora uma visão literal da realidade brasileira e hora uma visão um tanto utópica frente as dificuldades encontradas – digamos alimentadas – num sistema social estruturalmente excludente. Embora, a realidade social venha historicamente demonstrando a exclusão como um instrumento de coerção e manipulação dos mais vulneráveis, há de se conceber um ideário de questionamento, não conformação e luta para que todas as pessoas tenham condições dignas de acesso e usufruto dos direitos sociais.

Destarte, a reflexão sobre a inclusão está diretamente relacionada a outras diversas categorias das quais destacamos: respeito, dignidade, consciência, criticidade, direitos, equidade, organização e flexibilidade. Para a construção da inclusão essas (e outras) categorias são necessárias no sentido de promover o básico de acesso inclusivo às pessoas que vivenciam as mais diversas situações de exclusão social.

Respeito e dignidade são valores inegociáveis e devem estar presentes acima de qualquer questão, a tomada de consciência crítica faz com que a pessoa se movimente, questione e busque o acesso aos direitos, estes por sua vez são instrumentos que viabilizam condições (ainda que mínimas) de acesso a manutenção da vida, a equidade pode criar condições para que todos possam acessar determinados bens ou serviços de modo mais equiparado possível, a organização colabora para que as coisas tenham um fluxo livre para acesso aos direitos, quanto mais organizado mais claro e simplificado será para as pessoas que necessitam de determinados atendimentos ou acessos e a flexibilidade se faz necessária também visto que a rigidez não dá suporte para que estes atendimentos e/ou acessos sejam humanizados respeitando cada pessoa em sua individualidade e direito à dignidade.

Até aqui tratamos sobre a educação como um processo de formação humana e sobre a inclusão como um movimento educacional, social e político em defesa do direito da participação respeitosa e digna de todas as pessoas na sociedade (Freire, 2008). Nesse sentido, é interessante refletir sobre essas duas categorias unidas, ou seja, a educação inclusiva.

Segundo Freire (2008), a inclusão no campo educacional objetiva

defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de

qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (Freire, 2008, p. 05).

A visão de Freire (2008) toca em um ponto importante que é o desenvolvimento de potencialidades. O aluno chega na escola dotado de conhecimento, linguagem, raciocínios e nas vivências dentro desse espaço ele poderá potencializar e ampliar os saberes que ele já havia construído por meio de outras aprendizagens e experiências. Nessas vivências haverá troca de conhecimento e inclusão dos alunos sem distinção, se a escola em questão for um espaço aberto a humanização das relações, visto que

para que a escola consiga desenvolver cidadãos com competências complexas, que lhes permitam participar na sociedade de que fazem parte, e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os outros cidadãos, ela não pode permanecer inalterada. No caso daqueles alunos com maiores dificuldades em se adaptar à escola e em enfrentar suas exigências, a história tem mostrado que segregar, permanecendo o seu cerne inalterado, não é solução (Freire, 2008, p. 06)

A autora afirma ainda que é a inclusão educacional pode ser uma opção para o combate à exclusão nos ambientes escolares “a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional” (Freire, 2008, p. 06). Nesse aspecto, acrescentamos ainda que a inclusão pode ser apontada como solução unida às categorias que elencamos anteriormente, pois falar em inclusão fica muito vago se não a associamos a algumas categorias fundamentais para o mínimo de vivência com qualidade e a consideração de valores invioláveis como o respeito e a dignidade, por exemplo.

Para tanto, também há de se considerar que deve haver uma valorização das diferenças porque a inclusão acontece (ou pelo menos deve) dentro de ambientes plurais. Deve-se reconhecer que o outro é diferente de si e isso é percepção de diferenças para valorização e não para exclusão, assim

a aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade (Silva, 2009, p. 144).

As diferenças são pedagógicas. É também por meio do processo de troca, como já sinalizamos anteriormente, que acontece a aprendizagem e a experiência que ampliam conhecimentos. O diferente é uma oportunidade de aprender, de construir, de incluir e não de segregar. A ideia e a prática de exclusão social e também educacional embora ocorram na contemporaneidade já são ultrapassadas. Não há como sustentar discursos e/ou práticas que reforcem a marginalização de pessoas por meio da negação de direitos fundamentais, ou acesso a bens e serviços. Assim devemos caminhar para uma mudança social e aqui nos cabe falar do campo educacional, no sentido que

a educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem. Nesse sentido, a diferença é um valor e a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os seus alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva (Silva, 2009, p. 148).

Vemos que para a escola seus profissionais há uma grande tarefa em prol da educação na perspectiva inclusiva, porém, sem a romantização da responsabilidade que essa tarefa exige. No discurso as coisas fluem e ao falar de educação inclusiva parece não haver dificuldades práticas, mas ainda entre possíveis dificuldades existem caminhos possíveis como nos aponta Silva (2009),

à educação inclusiva está subjacente a atitude com que se perspectiva tal como a prática pedagógica dos professores e a organização e gestão da escola e das turmas. No que diz respeito à atitude, o modo como se perspectivam e prospectam as necessidades especiais é determinante para o percurso dos alunos. Quanto à prática pedagógica dos professores, a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada centrada na cooperação, bem como estratégias como a aprendizagem cooperativa, são medidas que permitem dar resposta a todos os alunos, no contexto do seu grupo-turma. Medidas como estas, que passam por atitudes, às quais, obviamente, estão inerentes valores e, por práticas que estão em consonância com esses valores, implicam que a escola esteja ou se organize neste sentido. É assim que a liderança dos órgãos de gestão, que promove ou não a cooperação entre professores, os alunos e os encarregados de educação, e sabe gerir ou não as parcerias com outras instituições da comunidade onde está inserida e outras necessárias, como as da área da saúde e da psicologia, é fundamental para a construção da escola inclusiva, desde logo, e para a implementação da educação inclusiva ou, pelo contrário, para a manutenção de uma escola que,

em nome da inclusão, mantém e reforça práticas segregativas (Silva, 2009, p. 148).

Em relação às práticas segregativas que culminam em exclusão, conforme Silva (2009) se refere nas últimas palavras da citação acima, as associamos ao contexto brasileiro de modo geral ao longo da formação do país. Não só na educação, mas em outras esferas as pessoas foram excluídas e marginalizadas. Segundo Sanfelice (2006), “o tema da inclusão educacional no Brasil é sempre desafiador. Desafiador porque nossa história da educação escolar é um contínuo de grandes exclusões, segundo a ótica do presente” (Sanfelice, 2006, p. 30).

Tratar sobre a inclusão na educação é um tema há tempos falados, mas não ultrapassado visto que trabalhar ou discutir sobre as diferenças é sempre um desafio e também uma nova oportunidade de construir conhecimento para colaborar com a proposta de condições de vida dignas para todas as pessoas com apropriação de direitos, visto que

muito se tem falado de exclusão social na atualidade, e o tema catalisa, de maneira surpreendente, um número cada vez maior de grupos marginalizados que integram as fronteiras da exclusão social. Entende-se que, independentemente da expressão que adjetive o substantivo educação – ‘inclusiva’, ‘para todos’ ou ‘multicultural’ –, a realidade que se pretende modificar é aquela que expropria os direitos cidadãos da plena inserção social dos sujeitos (Mastikei, 2004, p. 186).

Vejamos que a “educação inclusiva não diz respeito somente ao tema das deficiências. E a polissemia de uma categoria que é necessariamente permeada por questões de classe, raça, etnia, gênero indica que inclusão é um território analítico tanto mais crítico quanto mais disposto a reconhecer a interseccionalidade entre problemas que são cumulativos” (Freitas; Jacob, 2019, p. 03).

Assim, a educação inclusiva é muito abrangente e está relacionada com outros campos sociais, por exemplo, o setor da saúde. Bem como, não se faz educação inclusiva apenas no ambiente escolar, como já pontuamos acima, a educação é um processo de formação humana que permeia diferentes esferas da vida, pois os indivíduos podem estar em condições de aprendizagem o tempo todo. Como já afirmamos, nunca é tarde para aprender.

4. MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL

Nesta seção, são apresentados 05 estudos que têm relação com a educação inclusiva a partir dos três critérios de seleção: o primeiro, demarcação temporal no biênio 2022 – 2023³ considerando analisar as contribuições mais recentes sobre o tema, o segundo critério serem estudos de qualquer natureza (artigos, capítulos ou livros completos, trabalhos de conclusão de curso a nível de graduação, mestrado e doutorado) dentro da nossa temática de pesquisa e como terceiro critério serem estudos elencados até a quinta posição de acordo com a ordem cronológica de produção.

Para tanto, os cinco estudos selecionados estão estruturados, abaixo, sob a organização de um quadro com informações básicas seguido posteriormente das percepções sobre a temática em questão em cada um dos estudos.

Quadro 1 – Estudos primários selecionados

Título	Autor (a)	Tipo	Ano	Bloco
Educação inclusiva: conhecendo os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	Gabriela Vilela Berto; Jacira Ingrid Souza da Silva	TCC ⁴	2023	CEDU ⁵
A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar	Paula Izabelly de Oliveira Gomes; Valdomiro Makson Costa Jardim	TCC	2023	IGDEMA ⁶
Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade	Rosiane Oliveira de Amorim	Dissertação	2023	CEDU
<u>Inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física no contexto da pandemia de Covid: desafios para os professores da rede municipal de São Miguel dos Campos – AL</u>	Maria Thais Ferreira dos Santos	TCC	2023	IEFE ⁷
Ensino de física mecânica para alunos com deficiência visual	Mickaelly Lydijanne Silva dos Santos	TCC	2023	IF ⁸

Fonte: RIUFAL (2024)

³ No ano de 2022 não foram encontradas publicações que atendessem os critérios de seleção desta pesquisa.

⁴ TCC – Trabalho de Conclusão de Curso a nível de graduação.

⁵ Centro de Educação.

⁶ Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

⁷ Instituto de Educação Física e Esporte

⁸ Instituto de Física

Estudo de Berto e Silva (2023)

O estudo intitulado “Educação inclusiva: conhecendo os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)” com autoria de Gabriela Vilela Berto e Jaciara Ingrid Souza da Silva se trata de um Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação – CEDU/UFAL, defendido em 20 de dezembro de 2023.

Segundo as autoras, o objetivo principal deste trabalho foi conhecer os desafios ainda presentes na implementação da Educação Inclusiva relacionados aos indivíduos com o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Para tanto, discorrem que em sua pesquisa foram identificados diversos obstáculos que interferem no processo de ensino para o professor e no processo de aprendizagem para o aluno com TDAH.

A título de esclarecimento, as autoras pontuam que a educação inclusiva não é um processo que ocorre com extrema rapidez. Esta pontuação é defendida sob os argumentos da necessidade de fortalecimento de ações pedagógicas, recursos e apoio especializados, comunicação satisfatória entre escola e família, além do suporte da área da saúde para com as demandas das necessidades especiais.

Assim, defendem a educação – e a inclusão de todos – como direito disposto constitucionalmente – Constituição Federal Brasileira CF/1988, bem como respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, justificando o interesse nessa temática de pesquisa pela relevância das abordagens sobre o TDAH e a necessidade de discussão da inclusão de alunos com esse transtorno nas escolas.

As autoras apoiam-se na LDB para construir suas percepções sobre a educação inclusiva considerando as orientações deste documento para com o trabalho escolar no recebimento dos alunos. Deste modo, percebem a educação inclusiva como um processo a longo prazo que precisa ter começo que corresponde à inclusão, um meio que diz respeito à permanência do aluno na escola e um fim que se refere à conclusão da etapa escolar a qual o aluno está inserido em dado momento. Bem como,

[...] possibilidade de se efetivar uma política pública de inclusão de todas as pessoas, independentemente de seu talento, origem socioeconômica ou cultural, onde nas escolas provedoras as necessidades dos alunos são satisfeitas, educando todos os alunos juntos, dando-lhes a oportunidade de preparar-se para a vida em sociedade (Berto; Silva, 2023, p. 06).

Por fim, as autoras defendem que a produção deste trabalho foi fundamental para o entendimento de que sempre há/haverá a necessidade da adaptação de práticas pedagógicas, bem como da promoção (ou criação) de uma cultura inclusiva para o alcance de objetivos formulados com a intenção de materializar a educação inclusiva nas diversas realidades escolares com a garantia do começo (incluir), meio (permanecer) e o fim (concluir) no processo da educação inclusiva.

Estudo de Gomes e Jardim (2023)

O estudo intitulado “A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar”, de autoria de Paula Izabelly de Oliveira Gomes e Valdomiro Makson Costa Jardim é um Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia – IGDEMA/UFAL, defendido em 17 de outubro de 2023.

O objetivo deste estudo foi investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e alunos deficientes visuais. Os autores defendem que na sociedade atual não há espaço para atitudes preconceituosas e que a escola é o ambiente ideal para discussões de combate a tais atitudes. Falando especificamente da Geografia, os autores esclarecem que por meio do trabalho nesta disciplina é perfeitamente possível discutir sobre a sociedade e a natureza como um todo, de modo que cabe, então, ampliar a discussão para a formação de pessoas anticapacitistas, bem como a favor da inclusão e da acessibilidade por meio das muitas possibilidades de trabalhos com recursos pedagógicos inclusivos nas aulas de Geografia.

Nas entrelinhas do trabalho de Gomes e Jardim, é dito que para pensar uma educação inclusiva é importante vivenciar a realidade do aluno, bem como utilizar conceitos muito discutidos na Geografia, como: lugar, paisagem e região porque tais conceitos estão relacionados às emoções e a cultura dos alunos. De modo que o ensino da Geografia aproxima o aluno da escola e fortalece a inclusão e permanência dele neste ambiente.

Os autores demonstram a percepção sobre a educação inclusiva por meio da utilização de recursos pedagógicos como: mapas, imagens, maquetes, globo, vídeos, entre outros. Segundo eles, tais materiais são de fácil manuseio por alunos surdos e alunos deficientes visuais e que estes recursos colaboram para a existência de uma aula inclusiva, na qual todos se sintam parte do ambiente escolar. Discorrem que

a partir do ensino de geografia é possível os alunos aprenderem a interpretação de mapas, explorar as relações entre diferentes culturas e sociedades, propondo também uma consciência crítica sobre o ambiente e os problemas globais, permitindo assim que os alunos possam explorar e compreender o mundo que os cerca. por essa abordagem, o ensino de geografia pode ser bem explorado por alunos surdos e cegos, motivado pela utilização de mapas, maquetes, vídeos, imagens, dentre outros (Gomes; Jardim, 2023, p. 14).

Em suma, os autores pontuam que a educação e o processo de inclusão estão em evolução no Brasil desde meados da década de 80. E neste sentido, o ensino de Geografia proporciona, junto a diversos recursos pedagógicos, oportunidades de assimilar e ampliar conhecimentos sobre o espaço geográfico, estruturas e interações, de modo que

a inclusão de alunos surdos e cegos na educação básica de ensino a cada dia vem sendo alvo de muitas discussões e debates, pois está envolvendo, além de necessárias mudanças na forma de se pensar e propor educação, uma série de fatores que vão desde a formação de professores para atender a esta diversidade, como também as infraestruturas escolares como salas e seu entorno e recursos educacionais como ferramentas digitais e materiais didáticos (Gomes; Jardim, 2023, p. 55).

Após tais pontuações, concluem afirmando que o objetivo inicial de investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e alunos deficientes visuais foi alcançado pelas discussões e vivências apresentadas ao longo do trabalho.

Estudo de Amorim (2023)

O estudo intitulado “Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade” com autoria de Rosiane Oliveira de Amorim, se trata de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFAL, defendida em 10 de agosto de 2023.

O objetivo central desta dissertação foi desenvolver e analisar práticas colaborativas que tenham a intencionalidade de expandir a agência de universitários com deficiência de uma instituição pública de Educação Superior, seguido dos objetivos específicos: compreender os enfrentamentos vivenciados na trajetória acadêmica que mobilizam (ou cooptam) a agência do universitário com deficiência; descrever práticas colaborativas que buscam o desenvolvimento de agência de universitários com deficiência.

A autora defende que seu trabalho traz como discussão central a agência. Segundo Amorim (2023), existem diversas formas de compreender a agência de acordo com diferentes áreas de conhecimento. Deste modo, discorre que a linha de pensamento a qual seu trabalho percorre é a compreensão de agência como “[...] ações dos sujeitos, que além de intencionais e conscientes, estão diretamente implicadas às estruturas sociais” (Amorim, 2023, p. 37) e assim afunila, para fins de explicação, que o foco do seu trabalho dentro das diversas compreensões é voltado para a agência transformativa, esta que “é o agir de forma intencional, que têm um potencial de transformação, como por exemplo, visualizar o futuro e agir em busca do que foi almejado, se comprometer e realizar ações para mudar determinada situação” (Amorim, 2023, p. 38).

A autora discorre que ao longo de sua trajetória na Universidade Federal de Alagoas, a priori no curso de Licenciatura de Educação Física em 2011, por meio do voluntariado no Projeto de Extensão de Atividades Motoras para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) foi de extrema importância para que ela tivesse especial interesse pela temática da inclusão.

Nesse sentido, Amorim amplia sua narrativa destacando que sua convivência com estudantes universitários com deficiência lhe mostrou que houve mudanças em relação a legislação, porém a realidade destes estudantes era marcada por dificuldades, a saber: “[...] negação de direitos, silenciamentos e opressões” (Amorim, 2023, p. 9) e ainda mais “[...] diversas as situações de falta de acessibilidade, ciclos de desvalorização e desqualificação que presenciei, além da crueldade de falas capacitistas de pessoas que não respeitam a diversidade humana” (Amorim, 2023, p. 9). Por meio destas vivências a autora relata que ela foi umas das pessoas envolvidas na implantação e consolidação do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Para tanto, a autora expõe que dentre estes e outros pontos pesquisar sobre a inclusão na educação superior no Brasil levanta diversos questionamentos relacionados ao papel da pesquisa científica, a retrocessos e conquistas históricas de direitos das pessoas com deficiência, bem como (como) produzir conhecimento que não seja alheio a realidade das pessoas com deficiência. Assim, em sua percepção sobre inclusão, a autora defende que é necessário a produção de estudos científicos voltados para inclusão das pessoas com deficiência comprometidos com a realidade e a dinâmica social, pois “é importante dizer que

partimos do entendimento que refletir sobre questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiências na educação superior se impõe como uma necessidade social, política e pedagógica” (Amorim, 2023, p. 14).

Em suma, a autora afirma reconhecer que para uma efetiva inclusão há um caminho, ainda, bastante longo a ser percorrido. Afirma ainda que ao longo desse processo, para que mudanças consideráveis comecem a acontecer, são necessários vários esforços, estes que devem ser múltiplos, contínuos e coletivos voltados e comprometidos com a justiça social.

Estudo de Santos (2023)

O estudo intitulado “Inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física no contexto da pandemia de Covid: desafios para os professores da rede municipal de São Miguel dos Campos – AL”, com autoria de Maria Thais Ferreira dos Santos é um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Educação Física e Esporte– IEFÉ/UFAL, defendido em 14 de julho de 2024.

Nas palavras da autora, o objetivo principal deste trabalho foi identificar e descrever as dificuldades enfrentadas e as estratégias propostas por professores de Educação Física no processo de inclusão de alunos com TEA durante o período pandêmico, especificadamente descrever os comportamentos no ponto de vista do professor, desses alunos TEA mediante a estas dificuldades. O trabalho foi desenvolvido em uma cidade do interior de Alagoas referindo-se ao período pandêmico, na rede pública de ensino com professores do Ensino Fundamental I e II que atuam em turmas que têm alunos com autismo.

A autora demonstra a percepção sobre a inclusão neste trabalho como um grande desafio para os professores participantes da pesquisa. Segundo ela, foi muito difícil para os professores conseguirem a permanência dos alunos nas aulas durante a pandemia tendo um dos principais fatores a falta de acesso às tecnologias necessárias para acompanhar as aulas *on-line*, seguido da não criação de estratégias para inclusão dos alunos com autismo por parte dos professores porque estes também estavam com dificuldades semelhantes.

A título de conclusão, a autora discorre que existem muitas dificuldades para a inclusão de alunos com autismo e que essas dificuldades são gradualmente transformadas em desafios que coexistem com a luta para a inclusão a bastante tempo. Ao mesmo tempo, discorre que seu trabalho poder ser uma possibilidade para pensar em outros caminhos e em

diferentes alternativas/estratégias para inclusão de alunos com autismo nas aulas de Educação Física a fim de promover uma educação mais inclusiva.

Estudo de Silva dos Santos (2023)

O estudo intitulado “Ensino de física mecânica para alunos com deficiência visual”, com autoria de Mickaelly Lydijanne Silva dos Santos se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Física – IF/UFAL, defendido em 07 de julho de 2023.

Segundo a autora, o objetivo deste estudo foi expressar os desafios e perspectivas da educação inclusiva voltada para o ensino de alunos deficientes visuais, elaborar e apresentar um jogo de tabuleiro voltado para o ensino de Mecânica. E como objetivo geral prático, desenvolver um jogo em braile que permita uma melhor assimilação do conteúdo de Mecânica Clássica vista no ensino médio. Já como objetivos específicos, a autora pretendeu desassociar a presença de alunos com deficiências da inclusão apenas para socialização, propor uma sequência didática que inclua atividades para alunos com deficiências visuais sem excluir os alunos regulares e permitir, dentro do jogo, que a sala de aula se torne um ambiente acolhedor, inclusivo e pedagógico para atender as necessidades de um aluno não regular.

A autora demonstra sua percepção sobre a inclusão nas entrelinhas da discussão sobre como a Física é uma disciplina temida pelos alunos de modo geral e que quando se trata da educação especial, segundo ela, é um “desafio dobrado” (Santos, 2023, p. 05), por isso é difícil torná-la uma disciplina atraente para os alunos, sobretudo, segundo a autora para os alunos com deficiência.

Nesta linha de raciocínio, a autora defende que

no contexto educacional, a inclusão significa muito mais que realizar atividades voltadas para alunos com alguma deficiência. É, sobretudo, criar um ambiente que permita a todos os alunos presentes em sala participarem ativamente do processo proposto. Isso representa um dos grandes desafios educacionais deste século (Santos, 2023, p. 11).

Em suma, a autora discorre que embora a Física seja uma disciplina temida por muito alunos e que implique alguma dificuldade para inclusão de alunos com deficiência, existe a possibilidade de adaptação de aulas e da metodologia escolhida para colaborar com o desenvolvimento de cada aluno.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo educativo se constitui de modo contínuo ao longo das vivências se construindo também como um processo de formação humana. Segundo Campos (2002), todas as pessoas estão envolvidas neste processo educativo. Tomando como base tal afirmação, entendemos a necessidade e urgência da inclusão como um direito inerente a todos os indivíduos sem distinção de idade, cor, religião, sexo, regionalidade e/ou afins.

No primeiro estudo analisado intitulado “Educação inclusiva: conhecendo os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)”, as autoras buscaram conhecer os desafios presentes na implementação da Educação Inclusiva relacionados aos indivíduos com TDAH. Ao longo da pesquisa, identificaram diversos obstáculos que interferem diretamente no processo de inclusão dos alunos com TDAH. Para tanto, com intuito de colaborar com rompimento de tais obstáculos apoiaram sua pesquisa no disposto na CF/1988, bem como na LDB/1996 defendendo a necessidade de discutir a inclusão e de fato incluir os alunos com TDAH no curso escolar regular.

Segundo as autoras, deve-se educar todos os alunos junto, dando a todos as mesmas oportunidades de aprender e se preparar para a vida social nos mais diversos espaços (Berto; Silva, 2023). Este pensamento corrobora com as discussões de Campos (2002), no sentido que no cotidiano não dissociamos as vivências da vida social das vivências educacionais, seja na escola/universidade ou em outros espaços.

Assim, as autoras percebem a educação inclusiva como um direito inerente à toda pessoa independente da realidade escolar e que esse direito perpassa três etapas: o começo (incluir), o meio (permanecer) e o fim (concluir) o processo da educação escolar.

No segundo estudo analisado intitulado “A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar”, os autores investigaram os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e alunos deficientes visuais. Os autores defendem que na contemporaneidade com avanço da ciência e das discussões atuais não cabem atitudes preconceituosas e que o espaço escolar é um dos ambientes ideais para discussões e quebra de padrões preconceituosos.

Desse modo, Tunes (2003), pontua que ao falarmos sobre inclusão abrimos o olhar para enxergar processos de exclusão que ocorrem às vezes de forma mais escancarada e às

vezes de forma mais sutil em vários segmentos sociais. O ponto de vista dos autores se inter cruza com o dito por Tunes (2003) na reflexão de que os processos de exclusão social não têm sustentação e não passam de atos desrespeitosos/preconceituosos que não devem ganhar espaço, mas sim perder forças visto a humanização das relações e garantia de direitos.

Os autores defendem que para construirmos uma educação inclusiva é necessário também vivenciar a realidade do aluno e nesse sentido, segundo eles, usar conceitos importantes no ensino da Geografia que são/estão inerentes à vida do alunado de maneira cotidiana, ou seja, região, lugar e paisagem. Tais conceitos se relacionam com a identidade, sentimento de pertencimento e processos formativos das pessoas. Para tanto, Freire (2008), nos diz que a inclusão tem uma faceta educacional, mas não só ela, tem também um lado social e político. Os três aliados se põem em defesa do direito dos indivíduos à participação consciente na vida social.

Os autores revelam ter as suas percepções sobre a educação inclusiva relacionada à utilização de recursos pedagógicos como facilitadores do processo de inclusão e contribuidores no processo de pertencimento dos alunos a aquele ambiente voltado para a sua aprendizagem. Citam como recursos importantes dentro do campo da Geografia: mapas, imagens, maquetes, globo, vídeos, entre outros, para o desenvolvimento de aulas inclusiva com elevado sentimento de pertencimento.

No terceiro estudo analisado intitulado “Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade”, a autora buscou desenvolver e analisar práticas colaborativas que tenham a intencionalidade de expandir a agência de universitários com deficiência de uma instituição pública de Educação Superior por meio da compreensão dos enfrentamentos vivenciados na trajetória acadêmica que mobilizam (ou cooptam) a agência do universitário com deficiência e da descrição de práticas colaborativas que buscam o desenvolvimento de agência de universitários com deficiência.

Em face aos objetivos da autora, relembremos o dito por Freire (2008) sobre a inclusão educacional, devemos “[...] defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade [...] (Freire, 2008, p. 05).

Novamente pontuamos que a autora defende a discussão central de agência, que em sua compreensão são “[...] ações dos sujeitos, que além de intencionais e conscientes, estão diretamente implicadas às estruturas sociais” (Amorim, 2023, p. 37). Nesse sentido, reiteramos o pensamento de Campos (2002), “nós seres humanos vivenciamos experiências de aprendizagem nos diversos setores: em casa, na rua, igreja e na escola [...]” (Campos, 2002, p. 02), portanto, a casa, a rua, a igreja, a escola entre outros espaços constituem as estruturas sociais que estão diretamente ligadas às ações conscientes das pessoas.

A autora revela sua percepção sobre a educação inclusiva defendendo que é necessário a produção de estudos científicos voltados para inclusão das pessoas com deficiência comprometidos com a realidade e a dinâmica social, ou seja, produzir conhecimento científico sobre a educação inclusiva também é uma das formas de desmistificação de preconceito e promoção de inclusão educacional.

No quarto estudo analisado intitulado “Inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física no contexto da pandemia de Covid: desafios para os professores da rede municipal de São Miguel dos Campos – AL”, a autora se propôs a identificar e descrever as dificuldades enfrentadas e as estratégias propostas por professores de Educação Física no processo de inclusão de alunos com TEA durante o período pandêmico, especificadamente descrever os comportamentos no ponto de vista do professor, desses alunos TEA mediante a estas dificuldades.

Observando o intuito da autora e considerando a reviravolta causada pelo período pandêmico em vários segmentos sociais, aqui nos cabe o segmento educacional, é relevante destacar que “vivenciamos estas experiências e passamos por experiências do tipo: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias misturamos a vida com a educação” (Campos, 2002, p. 02), no sentido que a vida social não é separada da vida escolar, ou seja, existiram e existirão dificuldades de maior ou menor ordem ao tratar sobre a inclusão, bem como tentar efetivá-la, mas que é nesse árduo processo que vamos nos humanizando e construindo dignidade e educação para si e para os outros lutando por e para a inclusão educacional.

A autora revela a sua percepção da inclusão como um desafio, sobretudo no período pandêmico, segundo ela em sua pesquisa os professores relataram muitas dificuldades para a permanência dos alunos durante as aulas por videochamadas. Os principais motivos a não

permanência dos alunos nesse formato de aula foram, segundo ela, a falta de acesso às tecnologias necessárias para acompanhar as aulas *on-line*, seguido da não criação de estratégias para inclusão dos alunos com autismo por parte dos professores porque estes também estavam com dificuldades semelhantes.

No quinto e último estudo analisado intitulado “Ensino de física mecânica para alunos com deficiência visual”, a autora objetivou expressar os desafios e perspectivas da educação inclusiva voltada para o ensino de alunos deficientes visuais, bem como elaborar e apresentar um jogo de tabuleiro voltado para o ensino de Mecânica, além de também desenvolver um jogo em braile que permita uma melhor assimilação do conteúdo de Mecânica Clássica vista no ensino médio por meio da desassociação da presença de alunos com deficiências da inclusão apenas para socialização, da proposta de uma sequência didática que inclua atividades para alunos com deficiências visuais sem excluir os alunos regulares e permitir, dentro do jogo, que a sala de aula se torne um ambiente acolhedor, inclusivo e pedagógico para atender as necessidades de um aluno não regular.

Aqui relembremos a percepção da autora sobre a inclusão demonstrada nas entrelinhas de suas palavras sobre o desenvolvimento da educação especial, segundo ela, é um “desafio dobrado” porque a Física é uma disciplina temida entre muitos alunos, o que acaba por constituir uma resistência de participação dos alunos nesta disciplina. Freire (2008), discorre que embora muitas dificuldades em adaptação à escola (ou à alguma disciplina) a própria história mostra que a segregação não é a solução.

Para tanto, eis a retomada da defesa da autora frente a tal percepção “[...] a inclusão significa muito mais que realizar atividades voltadas para alunos com alguma deficiência. É, sobretudo, criar um ambiente que permita a todos os alunos presentes em sala participarem ativamente do processo proposto [...]” (Santos, 2023, p. 11), ou seja, a inclusão refere-se a todos.

Em suma, concluímos em corroboração com os cinco estudos analisados que a inclusão educacional é uma grande aliada ao combate da exclusão social que se manifesta para além da escola e da universidade, é na escola/universidade/espço educacional por meio do acesso e permanência na educação que encontramos solo fértil para semear a inclusão, a dignidade e o respeito para com todas as pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi analisar produções bibliográficas sobre a educação inclusiva publicadas no Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas. Para tanto, mapeamos produções bibliográficas sobre a educação inclusiva no RIUFAL até a quinta posição cronológica durante o biênio 2022 – 2023, realizamos a leitura das produções identificadas de acordo com os critérios de seleção, sistematizamos as percepções sobre a educação inclusiva identificadas nas produções analisadas e de tal modo obtivemos o alcance do objetivo.

Ao longo do mapeamento, observamos que os estudos que atenderam aos critérios de seleção foram produzidos em diferentes cursos de licenciatura (Curso de Pedagogia e Curso de Geografia) e bacharelado (Curso de Educação Física e Curso de Física), bem como em diferentes níveis: graduação (Cursos de Pedagogia, Geografia, Educação Física e Física) e pós-graduação (Mestrado em Educação). Tal observação nos evidenciou que no último biênio (2022 - 2023), a reflexão sobre a educação inclusiva está ampliando-se em diversos espaços da universidade indicando a desconstrução de pensamentos engessados e preconceituosos para com a urgência da discussão, reflexão e efetivação da educação inclusiva.

Embora tenhamos a percepção que a reflexão sobre a educação inclusiva está ampliando-se em diversos espaços da universidade, há de se considerar relevante que tal reflexão poderia estar em um nível muito mais abrangente em relação a grande quantidade de curso ofertados na Universidade Federal de Alagoas, bem como a grande demanda de alunos que necessitam da efetivação da educação inclusiva em diversos cursos e espaços da universidade.

As análises, a luz da reflexão da inclusão, se mostraram como pontos iniciais para a expandir a discussão/reflexão com vistas ao efetivo direito à inclusão por meio da educação e do fomento à humanização nos contextos de vivências nos espaços universitários e escolares a fim garantir o respeito e dignidade a todas às pessoas.

De tal modo, consideramos que é relevante desenvolver pesquisas sobre os estudos que são produzidos e publicados no âmbito acadêmico, com o intuito de evidenciar o que a universidade está entregando como produto científico por meio da produção de conhecimento sobre determinada área ou assunto, visto à responsabilidade social que ela carrega para com a

formação de profissionais de qualidade e produção da ciência em retorno para a sociedade de modo geral.

Em suma, nosso estudo materializado por meio de um mapeamento de publicações bibliográficas sobre a educação inclusiva, no já referido repositório acadêmico, é uma produção que aponta para a necessidade de pensar o que nós, enquanto universidade, estamos pesquisando e produzindo para ofertar à sociedade como um produto científico que propicie efetivação de direitos e qualidade de vida. Ao término deste estudo esperamos que outros pesquisadores se sintam motivados a ampliar a reflexão sobre a educação inclusiva no cenário acadêmico considerando-se que dentro da universidade produzimos conhecimento científico que pode mudar realidades sociais e, pensemos além, pode salvar vidas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosiane Oliveira de. **Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a transformação da realidade.** 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

BERTO, Gabriela Vilela; SILVA, Jaciara Ingrid Souza da. **Educação inclusiva: conhecendo os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).** 2024. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMPOS, Daniela Gonçalves dos Santos. **Síntese das principais ideias contidas no livro: O que é educação?** 2002.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão.** Revista de Educação, p. 5-20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%c3%a3o.pdf> Acesso em: 29 mar. 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de; JACOB, Rosângela Nezeiro da Fonseca. **Inclusão educacional de crianças com deficiências: notas do chão da escola.** Educação e Pesquisa, v. 45, p. e186303, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/m5WGhYVWK7JpD56yccxDtfd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 mar. 2024

GOMES, Paula Izabelly de Oliveira; JARDIM, Valdomiro Makson Costa. **A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar.** 2024. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar em revista, p. 185-202, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bDksCCqdMwGqX9KtfTpBycb/?lang=pt&format=html> Acesso em: 30 mar. 2024.

SANFELICE, José Luís. **Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades.** Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], n. 21, 2006. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/206>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTOS, Maria Thais Ferreira dos. **Inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física no contexto da pandemia de Covid: desafios para os professores da rede municipal de São Miguel dos Campos – AL.** 2024. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Instituto de Educação Física e Esporte, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023

SANTOS, Mickaelly Lydijanne Silva dos. **Ensino de física mecânica para alunos com deficiência visual.** 2023. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Física) – Instituto de Física, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da exclusão à inclusão: concepções e práticas.** 2009. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf> Acesso em: 30 mar. 2024.

TUNES, Elizabeth. **Porque falamos de inclusão.** Linhas Críticas, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 5–12, 2003. DOI: 10.26512/lc.v9i16.3087. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3087> Acesso em: 29 mar. 2024.